

Comentários

O NACIONALISMO BRASILEIRO

Carlos de Meira Mattos*

No Brasil da modernidade tornou-se hábito taxar-se de nacionalista à pessoa ultrapassada no tempo, incapaz de compreender as excelências da influência da tecnologia moderna nos costumes das sociedades, um sobrevivente, em fim, das eras pré-históricas: um *dinossauro!*

Sobre o nacionalismo existe ampla e erudita obra acadêmica. O Professor Byrd G. Sharper, ex-presidente do *International Committee of Historical Science* dos Estados Unidos, escreveu volumoso e elucidativo tratado sobre a matéria, em obra que denominou *Faces of Nationalismo*. Estendeu sua pesquisa a obras e autores dos quatro continentes, oferecendo conceitos sobre o nacionalismo que abrangem vasto plantel de autores, acadêmicos, políticos e sociólogos. Vejamos alguns conceitos:

- o nacionalismo é a fusão emocional de dois fenômenos muito antigos – nacionalidade e patriotismo; corresponde à suprema devoção do ser humano em engrandecer as nacionalidades, fundada numa consciência política de nação lingüística ou cultural (Carlton

Hayes, considerado o pai dos estudos políticos sobre nacionalismo nos Estados Unidos);

- o nacionalismo é uma ideologia que assegura à nação o direito de ser árbitro impessoal e final nos assuntos de seu interesse (Dorothy Dohen, do livro *Nationalism and American Catholicism*);

- nacionalismo é a garantia da independência e da preservação da integridade da soberania e a afirmação do prestígio do estado-nação (Raoul Girard, no livro *Le Nationalism Français*);

- nacionalismo é a consciência de parte de indivíduos ou de grupos de membros de uma nação, traduzida no desejo de levar avante a liberdade e a prosperidade nacional (Royal Institute of International Affairs, Londres).

Vários autores, acadêmicos, políticos, sociólogos, inclusive Sharper, estudaram o nacionalismo desde o século XVII, época da consolidação das grandes monarquias européias.

No seu livro mais recente (1993), editado pela Universidade Harvard, o Professor Liah Greenfeld (*Nationalism – Five roads for Modernity*) observa que o nacionalismo, ao longo da História, aparece, desaparece, mas sempre reaparece. Consideramos o atual nacionalismo um fruto da Revolução Fran-

* General-de-Divisão.

cesa de 1789 que resultou da eclosão das idéias de participação do povo no governo da nação, idéias que vieram se aquecendo no cadinho das pregações de Hobbes, Voltaire, Jefferson, Montesquieu e Rousseau.

Todos os conceitos emitidos pelos autores pós-revolucionários (1789), sejam de acadêmicos, políticos ou sociólogos, trazem como tese comum a de que o nacionalismo, seja ele ideologia, consciência, sentimento, significa, sempre, a defesa dos interesses nacionais e a luta pela prosperidade do povo.

Assim entendemos a fonte do nacionalismo brasileiro cujo herói e patrono foi Tiradentes.

As idéias da Revolução Americana e da Revolução Francesa chegaram ao Brasil Colonial e vieram fazer fervilhar os impulsos libertários do patrono de nosso nacionalismo, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido por Tiradentes. O alferes Tiradentes recebeu essas idéias que o apaixonaram, do estudante brasileiro José Alvarenga Maciel que regressara da Europa em 1788 (um ano antes da tomada da Bastilha), e que lhe ofertou livros e publicações recentes sobre as idéias revolucionárias que já convulsionavam a França, e também um livro sobre a Revolução Americana (1776).

Essa foi a literatura que empolgou os conspiradores mineiros que se aliaram a Tiradentes: Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antonio Gonzaga, líderes da Conspiração Mineira, todos presos e condenados; Tiradentes foi enforcado e os demais desterrados para África.

INFLUÊNCIAS NA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

*Claudio Moreira Bento**

O Exército Colonial, até a união das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640) possuía sua doutrina emanada de Portugal. Durante a união das Coroas recebeu influência da doutrina espanhola, caracterizada pelo *terço*, as *bandeiras* e os *troços*, nomes dados aos equivalentes, hoje, regimento, companhia e pelotão. O comandante do *terço*, atual regimento, era chamado *mes-tre-de-campo*, que equivalia a coronel.

Essa doutrina militar, ao tempo das guerras holandesas, estava em decadência na Europa e os luso-brasileiros, desenvolveram uma doutrina militar genuína chamada na Europa, por especialistas, de *Guerra Brasileira*. Ela aligeirou os *terços* e deu liberdade de iniciativa a cada combatente, que tinha como arma de choque a espada ou o *chuço*, por falta de arma de fogo e munição correspondente, em razão, do bloqueio naval do Brasil.

Traduziu a diferença de doutrinas, a Brasileira e a holandesa, a mágoa de um oficial holandês revelada ao Major Antônio Dias Cardoso¹, ao final da 1ª Batalha dos Guararapes, durante uma troca de prisioneiros:

Oficial holandês: – *Da próxima vez seremos nós que venceremos, pois combateremos dispersos como vocês combateram!*

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente da AHMTB.

¹ Atual patrono do Batalhão de Forças Especiais.

Dias Cardoso: – *Melhor para nós, pois para cada soldado de vocês disperso, necessitarão de um capitão ao lado deles, enquanto que cada soldado nosso é um capitão!*²

Com a rendição dos holandeses, na Campina da Taborda, (1654), a doutrina luso-brasileira passaria a ter influência inglesa, direta ou indireta, através das Ordenanças, do Exército de Portugal. Ela perdurou mesmo após a Independência, no todo ou com adaptações (1654-1910). Em Canudos, ela fracassou, e a criatividade dos quadros do Exército encontrou soluções originais, como a transformação de uma companhia de Infantaria em esquadrão de Cavalaria, como tropa de reconhecimento que passou a prevenir emboscadas e, ao mesmo tempo, como instrumento de suprimento, ao recolher, na caatinga, animais que pudessem alimentar a tropa, até a chegada do Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, que solucionou o apoio logístico. Enfim, soluções genuínas não constantes das Ordenanças de Portugal foram adotadas então.

Como influência inglesa marcante tivemos o corpo de doutrina baixado pelo Conde de Lippe, o qual enviou, para o Brasil seu delegado, Tenente-General Henrique Bonh, que organizou o Exército Colonial do Brasil, fortificou o Rio de Janeiro e terminou por liderar o Exército do Sul, na expulsão definitiva dos espanhóis que ocupavam o Rio Grande do Sul,

havia 13 anos, ao reconquistar a Vila de Rio Grande (1ª de abril de 1776).³

Existem, em coleções de obras raras, alguns exemplares da Doutrina do Conde de Lippe.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, foi implantada na tropa a Doutrina Militar do Marechal Carr Beresford, um inglês a serviço de Portugal.

Mas, na Academia Real Militar, D. João VI introduziu fortíssima influência francesa nos ensinamentos fundamental e profissional. Neste último, era muito usada a obra do Conde Cessac, um *expert* no assunto do Exército da França.⁴

Em 1861, o Duque de Caxias, Ministro da Guerra, com base em sua vitoriosa experiência operacional em quatro campanhas pacificadoras, na guerra externa contra Oribe e Rosas (1851-52) e na experiência de cerca de oito anos no comando da atual Polícia Militar do Rio de Janeiro, adaptou as Ordenanças de Portugal para as armas às realidades que vivenciara, com a ressalva de *até que se disponha de uma tática (Doutrina) genuinamente nossa*.

Com isso ele se tornou pioneiro a favor da nacionalização progressiva da Doutrina Militar Terrestre Brasileira conforme temos repetido, e, como focalizou pioneiramente, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECMEE), em 1958, o Coronel Amerino Raposo Filho, em *Caxias e o Problema Militar Brasileiro*. (Rio, SGeEx, 1969. p. 56-63 – esgotado).

² O fato pode ser aprofundado em *As Batalhas de Guararapes - Análise e Descrição Militar* (Recife, UFPE, 1971), (2 v. textos e mapas) e no site <http://www.resenet.com.br/users/shimtb>, home page da AHIMTB, e no Site do Exército sobre a Batalha de Guararapes.

³ Para melhor idéia sobre o Corpo de Doutrina consultar *A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, 1774-76*, Rio de Janeiro, BIBLIX, 1996, Coleção Taunay.

⁴ Ver "O Brasileiro que foi General de Bolívar", *A Defesa Nacional* 725, Mai/Jun 1986.

Essa Doutrina baixada por Caxias foi a que presidiu o emprego do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1865-70), usada por ele como Comandante-em-Chefe das forças brasileiras e aliadas (1866-68).

Antes, Caxias, como Ministro da Guerra, em 1855, aproveitando a estrutura operacional que imprimiu ao Exército em operações na Guerra de 1851-52, introduziu no Ministério da Guerra, duas estruturas, uma operacional e outra logística: a operacional sob a égide do Ajudante-General do Exército, que passou a ser efetivamente o comandante do Exército e que, em 1899, foi substituído pelo Estado-Maior do Exército; a logística, sob a égide do Quartel-Mestre-General e que se ramificava por toda a organização de paz e de guerra.

O Ajudante-General foi substituído pelo Estado-Maior do Exército, esse órgão de influência doutrinária prussiana sugerida pelo então Capitão Augusto Tasso Fragoso, que viria a chefiá-lo na década de 1920.

Depois da Guerra do Paraguai, houve um grande declínio doutrinário, por cerca de trinta anos (1874-1905). O Exército foi dominado pelo *bacharelismo militar*, com outras preocupações que não o desenvolvimento da Doutrina do Exército como força operacional. A Doutrina estava a cargo da Congregação de Professores da Escola Militar da Praia Vermelha, que não a implementaram efetivamente.

Certa feita, o Coronel Conrado Bittencourt, heróico comandante do Batalhão de Engenheiros aquartelado na Praia Vermelha, encaminhou um importante regulamento militar francês solicitando à Congregação que o traduzisse para

ser lido pela tropa. Veio a resposta: *Não é necessário pois nós o lemos no original!*

Nesse período, raros oficiais brasileiros *tarimbeiros* valiam-se da obra (traduzida) do General Favé: *Curso de Arte Militar* (Rio de Janeiro. Tipografia Militar 1892.)

Essa involução doutrinária refletiu-se nos conflitos internos no início da República: Guerra Civil, Revolta na Armada (1892-95) e Canudos (1897). Neste último apareceu a citada e complexa *Ordenança de Portugal*, que recebeu o nome de *Regulamento Moreira César*, em razão de a Comissão encarregada de sua feitura haver homenageado o coronel morto em Canudos, colocando o seu retrato ilustrando-lhe a capa. Era ele incompatível com as realidades dos pampas sulinos e das caatingas nordestinas, a não ser na defesa de localidades como foi o caso de Bagé e Lapa, sitiada por federalistas em 1893-94.

Ainda em Canudos, para enfrentar as mesmas realidades operacionais e logísticas, foi que o Coronel Carlos Telles, comandante do 31^a Batalhão de Infantaria, de Bagé, teve a inspiração de improvisar um Esquadrão de Cavalaria com o qual preveniu futuras emboscadas e recolheu cabeças de gado esparsas na caatinga para alimentar a tropa. O problema logístico só seria, porém, solucionado com a Cadeia de Apoio Logístico que o Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, estabeleceu na Bahia, em apoio as forças operando contra Canudos. Foi o que lhe valeu a consagração, como patrono da Intendência do Exército.

De 1910-20 o Exército sofreu grande influência prussiana. O Marechal

Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra, enviou oficiais para estágio no Exército alemão. De retorno fundaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*, que passou a difundir a Doutrina Alemã, a qual ganhou grande impulso pelas mãos da *Missão Indígena*, da Escola Militar do Realengo (1919-21), integrada por muitos dos oficiais com curso na Alemanha ou a eles ligados.

Em 1918, quase ao final da guerra, o Brasil enviou à França 24 oficiais que integraram a Comissão de Estudos e Operações e de Aquisição de Material Bélico (1918-19). A finalidade era absorver, inclusive combatendo nos exércitos aliados, ensinamentos da Doutrina Militar Terrestre da França e adquirir material bélico para implantá-lo no Brasil, no Exército e na sua Aviação.

E eles trouxeram valiosos subsídios e idéias, como o Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro, e os tenentes José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Cristovão de Castro Barcellos, que tiveram grande projeção nos destinos do Exército depois da Revolução de 1930.

Estudou a vida do Marechal José Pessoa, o chefe de maior projeção dessa Comissão, idealizador da AMAN e introdutor dos blindados em nosso Exército, o Coronel Hiram Freitas Câmara em *Marechal José Pessoa, a força de um ideal*. (Rio, BIBLIEX, 1986.)

Era adido militar na França o Major Alfredo Malan d'Angrone quando foi encarregado de contratar a Missão Militar Francesa (MMF), para o nosso Exército, sendo a primeira chefiada pelo General Gamelin.

Essa Missão Militar chegou ao Brasil, em 1920 e, por cerca de 19 anos, até a Segunda Guerra Mundial, exerceu grande influência doutrinária no ensino do Exército. Em 1939, ela foi substituída por uma Missão Militar dos Estados Unidos.

No Arquivo Histórico do Exército foi iniciado, em 1985, um projeto denominado *História da Doutrina do Exército Brasileiro*, reunindo regulamentos que de longa data vêm presidindo o emprego do Exército Brasileiro.

Eis, pois em largos traços as influências doutrinárias recebidas pelo nosso Exército.

Para nossa satisfação, a partir de 1999 cadetes do 3º ano da AMAN estão realizando pesquisas sobre a evolução das doutrinas das armas e serviços de 1890 a 1960. É um promissor começo. Li alguns trabalhos que achei de excelente qualidade e objetividade, todos partindo do conceito pragmático de doutrina militar como sendo *as maneiras e modos pelos quais uma força militar é organizada, equipada, instruída, motivada (para a instrução e para o combate) e empregada*.

Sinto, porém, necessidade de um aprofundamento maior na História Militar Terrestre na Amazônia, pouco conhecida, pesquisada e, sobretudo, não interpretada quanto às lições táticas, estratégicas e logísticas que sugere, a serviço da segurança da Amazônia, hoje com mais ameaças potenciais que no passado. Penso impor-se um esforço para levantar-se a História Militar dessa área, como foi feito nos últimos cerca de 77 anos sobre a História Militar Terrestre do Brasil no sul e no oeste.

AS INSTITUIÇÕES MILITARES E A ERA PÓS-MODERNA

*Nilson Vieira Ferreira de Mello**

Não escapa, nem mesmo ao mais desatento observador, a percepção de que o mundo atravessa fase de amplas e profundas transformações.

Segundo Alvin Toffer, autor de *O choque do futuro* e de *A terceira onda*, toda a história da civilização decorreu do impulso de três grandes ondas. A primeira aconteceu quando tribos nômades, ao descobrirem a agricultura, sedentarizaram-se, dando ensejo ao surgimento de aldeias, excedentes econômicos, comércio; enfim, à construção da própria civilização.

A era da agricultura perdurou por muitos séculos, até quando o homem, ao inventar a máquina, pôde substituir a força muscular, própria e a dos animais a seu serviço, pelo trabalho mecânico, multiplicando exponencialmente a sua produtividade. Os efeitos dessa transformação foram tão espetaculares que a História os registra como Revolução Industrial.

A era industrial, cujo símbolo é a linha de montagem, caracteriza-se pela cultura de massa, que influenciou não apenas concepções econômicas mas também políticas, sociais e até militares, como o demonstram os exércitos de milhões de homens das duas guerras mundiais.

Essas concepções, ditas modernas, estão se tomado rapidamente obsoletas. Uma terceira onda, a do conhecimento, cujo símbolo é o computador, choca-se com as estruturas nascidas daquelas con-

cepções. Esse turbilhão gera perplexidades, temores e insegurança, fragilizando a ordem social e subvertendo conceitos e valores, mas dele surgirá, necessariamente, uma nova era para a humanidade.

No que tange às instituições militares, observa-se terem sido elas forte e drasticamente atingidas pelas transformações ocorridas no século XX. Não me alongarei citando aquelas espetaculares decorrentes do progresso tecnológico; ficarei apenas com uma, pouco visível para muitos mas de suma importância. Refiro-me à perda de legitimidade do recurso à força militar em nome de interesses nacionais, como consequência de haver sido o nacionalismo apontado como a causa fundamental das duas guerras mundiais do século. Desde então, até mesmo as nações mais poderosas, como os EUA, quando têm de defender suas posições estratégicas e econômicas, o fazem sob o artifício da coalizão de países, organizando forças conjuntas sob a égide de um organismo supranacional.

A internacionalização da força militar é pois uma tendência identificável desde o término da Segunda Guerra Mundial, quando começaram a proliferar as chamadas missões de paz da ONU, como as de Angola, Moçambique e Timor Leste, para citar apenas algumas com participação brasileira, e outras nada pacíficas, como as intervenções na Coreia, Vietnã e Golfo Pérsico. De tal tendência ampliar-se pela generalização dos exércitos multinacionais (há a idéia, ainda muito controvertida, de transformar a OTAN em força militar da Comunidade Européia), o prestígio da carreira militar declinará no seio das comunidades nacionais, pela di-

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior

minuição da sua presença e de sua atuação no interior do país.

Outra tendência perceptível é a da mais íntima integração das três forças singulares. A batalha da terceira onda, cujo modelo foi apresentado ao mundo pela TV, ao vivo, durante a Guerra do Golfo Pérsico, exige o aprofundamento das ações, utilizando simultaneamente meios aéreos, navais e terrestres, que devem atingir com igual violência as tropas da linha de contato e as das linhas de apoio sucessivas, bem como instalações logísticas e centros de comando, coordenação e controle, instalados no interior do território do inimigo.

No Brasil, essas tendências nem sempre são claramente identificadas como decorrentes do processo global de transformações, em virtude da nossa posição excêntrica em relação aos centros de poder mundial e das nossas peculiaridades culturais.

A criação do Ministério da Defesa pode servir de exemplo de como são vistas as coisas da modernidade entre nós. Conquanto a mais completa integração das forças singulares seja algo plenamente estabelecido na doutrina militar hodierna, esse ato governamental, tal como as privatizações e a flexibilização do monopólio do petróleo, ainda é objeto de desconfianças e controvérsias. Há os que o atribuem a pressões externas, nomeadamente do Governo americano, conjugadas com tardio e insidioso revanchismo, com o propósito de afastar os militares das mais altas esferas decisórias da República. Estes últimos acham que, quando o Exército indicou representante em comissão destinada a indenizar herdeiros de guerrilheiros e terroristas, que

voluntariamente e sob todos os riscos, optaram pela luta armada para estabelecer, no País, regime inspirado nas ditaduras marxistas, deu aos revanchistas o sinal de que poderiam implantar a totalidade do seu programa dito civilista. Desse programa seriam etapas a extinção do Gabinete Militar da Presidência da República, a desmilitarização das polícias militares e a criação de agências civis para gerenciar atividades tradicionalmente dirigidas por órgãos militares. Ainda recentemente, nota publicada em jornal carioca revela que o Ministro da Defesa teria declarado a um grupo de deputados que seu propósito é *desmilitarizar* a INFRAERO, substituindo por técnicos civis cerca de duzentos oficiais da reserva da Aeronáutica.

Ora, uma análise ponderada dessas posições revela que ambos os lados têm suas razões. A criação do Ministério da Defesa, de baixa prioridade diante dos assombrosos problemas com que se defronta a Nação, foi mal-apresentada pelo Governo. Não obstante os poderosos argumentos técnicos em favor da sua efetivação, eles foram negligenciados dando lugar a que outros, de cunho político, encontrassem curso na opinião de muitos observadores. Não faz muito tempo, autoridade governamental declarou que o Ministério da Defesa tinha a virtude de submeter as Forças Armadas ao poder civil. Declarações infelizes como esta jamais foram anuladas por outras claramente técnicas, contribuindo para que se forme, no espírito de muitos, a idéia de que se trata efetivamente de mal disfarçado revanchismo, mais do que de uma reconhecidamente necessária reestruturação do Estado.

A despeito de incompreensões e equívocos, o Ministério da Defesa está implantado, assim como outras reformas constitucionais e estruturais que não cabe mais discutir, senão para buscar as alternativas para melhor operacioná-las.

Quanto ao Exército, sua nova posição no arcabouço do Estado e a tendência, verificada no mundo, de internacionalização da força militar põem em evidência duas ordens de preocupações. A primeira é a de mantê-lo visível perante a opinião pública como instituição permanente e útil à nacionalidade, no momento em que as forças militares tendem a perder sua característica de *ultima ratio* da soberania nacional para adquirirem a de polícia internacional. A segunda é a de valorização da carreira militar diante dos programas *civilistas* em voga, não em termos meramente profissionais mas num sentido cultural mais amplo, que permita aos seus quadros uma adequada colocação na hierarquia social e intelectual do País.

Muitas são as alternativas, que indubitavelmente estão sendo consideradas pelos chefes militares, para fazer face às essas preocupações. Manter as Forças Armadas permanentemente afinadas com as necessidades das comunidades nacionais certamente está na base daquelas alternativas, o que poderá, ocasionalmente, realçar atividades incluídas nas chamadas missões complementares, as quais convém sejam amplamente divulgadas, de forma a contribuir para uma melhor visibilidade do Exército como instituição útil à nacionalidade. Os riscos à segurança nacional devem ser avaliados sem quaisquer preconceitos, mesmo aqueles que não se enquadrem nos padrões tradicionais das

preocupações militares. Ninguém contestará, de boa fé, que o narcotráfico, o contrabando de armas, enfim o crime organizado constituem o problema de segurança mais grave com que se depara o País. Esperar que surjam *áreas liberadas* no território nacional onde não vigorem as leis brasileiras, como já ocorre em países latino-americanos, para então chamar as Forças Armadas para eliminá-las talvez não seja a melhor atitude. Elas não devem existir apenas para policiar território alheio, como o Timor Leste, mas também para atuar, mediante planejamento que contemple o emprego escalonado de meios adequados, nomeadamente os da Polícia Federal e polícias estaduais, de forma a evitar o pior. Faz pouco tempo, os jornais noticiaram, com destaque, o relacionamento controvertido de uma figura proeminente dos meios artísticos e financeiros com um traficante carioca, o *Marcinho VP*, o qual seria o líder de um movimento social revolucionário inspirado na *favelania* e que seduz artistas e intelectuais. A transformação de criminosos em heróis e a simpatia que despertam em personalidades notórias, inclusive alta autoridade do sistema de segurança estadual, demonstram a gravidade de uma situação que já se apresenta até mesmo com veleidades revolucionárias.

Mas, não basta que a carreira militar seja um reservatório de valores éticos, morais e intelectuais, mas que essa excelência seja reconhecida pela opinião pública, como já acontece com o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) e os colégios militares. Nesse particular, o sistema de ensino tem tido relevante papel, que talvez pudesse ser ampliado

através do entrosamento com entidades civis de pesquisa, de qualificação profissional e culturais.

Finalmente, aumentar a visibilidade do Exército significa dar prioridade ao público externo na divulgação de notícias e atividades militares. Porém, para isso é preciso vencer o *patrulhamento* ainda claramente presente no nível das redações dos órgãos de imprensa, o que talvez seja alcançável mediante aproximação dos altos chefes militares com os dirigentes superiores dos citados órgãos.

O BRASIL E A COESÃO LATINO-AMERICANA

*Manuel Cambeses Júnior**

Transcorreram apenas 11 anos da queda do Muro de Berlim e a ingênua e efêmera euforia dessa época converteu-se em um passado remoto. A *Nova Ordem Mundial*, embasada na unipolaridade e na *Pax Americana*, que despertou as ilusões de alguns e os temores de outros, encontra-se profundamente desgastada e esquecida, juntamente com os jornais da época da Guerra do Golfo.

Samuel Huntington, em um interessante artigo publicado na revista *Foreign Affairs* intitulado "A superpotência solitária", afirma que estamos vivendo um sistema internacional de transição, ou seja, um estranho híbrido a que ele batizou de *unimultipolar*. O momento unipolar já expirou e, dentro de duas

décadas ingressaremos em um verdadeiro sistema multipolar.

Segundo Zbigniew Brzezinski, os Estados Unidos serão a primeira, última e única superpotência global. Nesse período transitório, esse país continuará sendo o único com preeminência em todas as dimensões do poder, em suas diversas expressões política, econômica, social, ideológica, militar, tecnológica e cultural, com o alcance e a capacidade de promover os seus interesses a nível global.

Entretanto, a solução dos problemas fundamentais do sistema requer, necessariamente, a ação conjunta da superpotência e de alguma combinação com outras grandes potências. Os Estados Unidos mantêm, no momento, o direito de veto nos assuntos de maior relevância internacional. Várias potências regionais estão fortalecendo suas posições em suas esferas de atuação geopolítica: a China e, potencialmente, o Japão, na Ásia Oriental; a União Européia (liderada, em minha opinião, pela Alemanha, ainda quando encontramos quem advogue a liderança de um condomínio franco-alemão); a Rússia, na Eurásia; a Índia, no sul da Ásia; o Iran, na Ásia Sul-Occidental; a África do Sul e a Nigéria, no continente africano e o Brasil, na América Latina.

Estamos, portanto, vivendo um período de transição e, como sói acontecer, toda mudança sempre implica em contradições e riscos. A globalização econômica e o cosmopolitismo cultural ocorrem, conjuntamente, com um extraordinário ressurgimento do medo e da desconfiança com o diferente, com o estranho e com o desconhecido. Assistimos ao retorno do tribalismo, dos etnicismos,

* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

da xenofobia, dos racismos e dos fundamentalismos religiosos. Essas forças desintegraram a União Soviética, pulverizaram a Iugoslávia, dividiram a Checoslováquia e converteram em Estados fracassados alguns países como Congo, Afeganistão, Libéria, Somália, Ruanda e Serra Leoa, entre outros. A Indonésia e vários países da Ásia Central correm o risco de cair no mesmo despeñadeiro. As forças da desagregação assolam, também, países avançados como Canadá, Bélgica e Espanha. A América Latina, felizmente, até o presente momento, não tem sofrido, de forma avassaladora, a pressão dessas forças centrífugas, ainda que alguns Estados com grande proporção de populações indígenas descuram-se em prevenir-se contra potenciais explosões raciais e étnicas.

Estamos vivendo em um mundo perigoso, no qual a soberania, já bastante limitada, dos pequenos e médios Estados, vê-se cada vez mais ameaçada, não somente pela presença das grandes potências e pelas forças secessionistas mas,

também, pelo crescente poder globalizado das máfias, da criminalidade organizada, dos grupos terroristas de cunho fundamentalista e pelas seitas apocalípticas. Para reduzir nossa vulnerabilidade frente a essas ameaças é necessário, em primeiro lugar, que nos fortaleçamos internacionalmente, aumentando a capacidade da sociedade e o potencial do Estado brasileiro. Isso implica, fundamentalmente, num verdadeiro Estado de Direito. Sem o império da lei, sem segurança jurídica, sem regras econômicas bastante claras e estáveis, não existirá criação de riqueza, somente distribuição desigual da miséria.

Certamente não haverá um projeto histórico mais ou menos autônomo para a América Latina, neste alvorecer do terceiro milênio, sem unidade e coesão dos Estados-membros. Ademais, é urgente e necessário que transformemos a integração latino-americana em um imperativo geopolítico, se desejamos deixar de ser considerados exóticos e marginais espectadores no cenário internacional. ●

“A cada direito corresponde um dever.”

Rui Barbosa

“Quem não lê, não pensa, e quem não pensa será para sempre um servo.”

Paulo Francis